



e-ISSN: 2178-5694

Conversas & Controvérsias

Revista de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais
Escola de Humanidades
Departamento de Ciências Sociais e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resenha

Legados e memórias em disputa

Legacies and memories in dispute

Germana Nery Machado¹

Referência completa da obra resenhada:

SALATA, André Ricardo; MARQUES, Teresa Cristina Schneider; PONTIN, Fabrício (Org.). **30 anos de democracia no Brasil: avanços e contradições**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

Resumo

A obra "30 anos de democracia no Brasil: avanços e contradições" escrita pelos pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas sobre Democracia (CBPD), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e organizada por Teresa Cristina Schneider Marques, André Ricardo Salata e Fabrício Pontin, é o objeto de análise da presente resenha. Trata-se de uma coletânea que aborda a transição política como um fator importante para a compreensão das contradições da democracia brasileira. A obra é dividida em três partes: política e desigualdades, política externa brasileira na era democrática e justiça, criminalidade e democracia. Apresentarei uma pequena síntese das contribuições da obra para a compreensão do processo de democratização e como isso afetou a qualidade do desenvolvimento da democracia no Brasil.

Palavras-chave: Democracia; Transição; Brasil.

Abstract

The book "30 Years of Democracy in Brazil: Advances and Contradictions" written by the researchers of the Brazilian Center for Research on Democracy (CBPD), Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul and organized by Teresa Cristina Schneider Marques, Andre Ricardo Salata and Fabrício Pontin, is the subject of analysis of this review. It is a collection that approaches the political transition as an important factor for understanding the contradictions of Brazilian democracy. The work is divided into three parts: politics and inequalities, Brazilian foreign policy in the democratic era and justice, crime and democracy. I will present a brief synthesis of the contributions of the work to the understanding of the process of democratization and how this affected the quality of the development of democracy in Brazil.

Keywords: Democracy; Transition; Brazil.

¹ Mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Agência de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). ORCID: 0000-0002-9645-0094. E-mail: germana.machado@acad.pucrs.br.



O livro *30 anos de democracia no Brasil: avanços e contradições* organizado por Fabrício Pontin, André Ricardo Salata e Teresa Cristina Schneider Marques, pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas sobre Democracia (CBPD) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) aborda os padrões e tendências sobre o desenvolvimento da democracia no Brasil. O livro também analisa as características da transição, particularidades e manutenções do regime militar após três décadas do fim da ditadura.

A estrutura do livro se divide em três partes: “Política e desigualdades”, “Política externa brasileira na era democrática”, “Justiça, criminalidade e democracia” e composto no total por 11 artigos. A apresentação “Transição para a democracia no Brasil” foi escrita por Carlos S. Arturi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A primeira parte, “Política e desigualdades”, é constituída pelos artigos “A transição negociada no Brasil e o jogo político em torno da construção da agenda dos direitos humanos” por Teresa Cristina Schneider Marques (PUCRS), “Federalismo e eleição à câmara dos deputados: a conexão eleitoral no Brasil pós-redemocratização (1982-202)” por Rafael Madeira Machado (PUCRS) e Marcos Paulo dos Reis Quadros do Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG), “Desigualdade e nova democracia brasileira: a distribuição de rendimentos do trabalho entre classes nas últimas décadas” por André Ricardo Salata (PUCRS) e “Novos caminhos? O neofascismo brasileiro e a redemocratização” por Leandro Pereira Gonçalves (PUCRS), Odilon Caldeira Neto (FURG) e Guilherme Ignácio Franco de Andrade (PUCRS).

A segunda parte, “Política externa brasileira na era democrática”, é constituído pelos artigos “A democratização da política externa do Brasil (1985-2015)” de autoria de Maria Izabel Mallman (PUCRS), “A democracia brasileira e as políticas doméstica e externa: uma análise do período 1985-2015” de Ana Regina Falkembach Simão da Escola Superior de Propaganda e Marketing - Sul (ESPM-Sul) e “Transición democrática y política exterior em Uruguay (1985-1990)” de Isabel Clemente da Universidade da República do Uruguai (UdelaR) e Rafael Alvariza (UdelaR).

A terceira parte do livro, “Justiça, criminalidade e democracia”, é constituído pelos artigos “Cultura policial e consolidação democrática: elementos para a construção de um novo modelo de polícia para o Brasil” de autoria de Ana Claudia Cifali (PUCRS), Andréa Ana do Nascimento (PUCRS), Larissa Urruth Pereira (PUCRS) e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PUCRS); “Os sentidos do populismo penal: uma proposta de aproximação entre os debates político e criminológico” por Marcelo Buttelli Ramos (PUCRS) e Ricardo Jacobsen Gloeckner (PUCRS), “Segurança pública brasileira: análise das reformas na área à luz dos 30 anos de redemocratização” por Marlene Inês Spaniol da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS) e Carlos Roberto Guimarães Rodrigues (UFRGS).

A partir das discussões estabelecidas pela obra no que se refere a presente resenha, escolhi algumas das características da configuração de transição política no Brasil pensando nas contradições em que se encontraram nesse período que teve como característica uma tentativa negociada de democracia. O processo de redemocratização no centro da discussão

da anistia foi um processo de transição negociada no qual a Lei da Anistia se tornou um ato de conciliação pragmática, permitindo que o Estado não se responsabilizasse pelos crimes cometidos durante o regime. A Lei da Anistia valorizou apenas a reparação econômica, desconsiderando o sofrimento daqueles que foram mortos e permaneceram desaparecidos, demonstrando mais uma vez o caráter patrimonialista que funda o Estado brasileiro.

Na primeira parte do livro, a discussão gira em torno da política e das desigualdades. O artigo “A transição negociada no Brasil e o jogo político em torno da construção da agenda dos direitos humanos” de Teresa Marques, conclui que a transição brasileira foi uma “transição sob controle”, patrocinada pelos militares para que acontecesse de forma “lenta, gradual e segura”. A transição foi avalizada pelo governo militar e pela elite burocrática e política que emergiu do regime (PIRES JÚNIOR; TORELLY, 2010). O processo de abertura gradual e negociada, representou um convite ao esquecimento em relação às atrocidades cometidas ao tempo da ditadura civil-militar²: “durante décadas, o País tudo fez para nada fazer no que se refere ao acerto de contas com os crimes contra a humanidade perpetrados pela ditadura” (SAFATLE, 2011). Por sua vez, no artigo “Federalismo e eleição à câmara dos deputados: a conexão eleitoral no Brasil pós-redemocratização (1982-2002)” de Rafael Machado e Marcos Quadros, a discussão se dá em torno do raciocínio de que o processo eleitoral na redemocratização vestiu apenas uma nova “roupagem”, mantendo os mesmo políticos atuantes do período do bipartidarismo na Ditadura Civil-Militar no multipartidarismo da democratização. Dos 565 deputados que os autores analisaram, 330 efetivamente coexistiram entre os partidos que surgiram pós Arena e MDB, mostrando que a redemocratização foi construída por remanescentes da ditadura civil-militar.

Em “Desigualdade e nova democracia brasileira: a distribuição de rendimentos do trabalho entre classes nas últimas décadas”, André Salata faz sua contribuição a partir do uso de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1995 até 2013. O autor conclui que problemas como a desigualdade social não foram automaticamente superados com a mudança de regime político no Brasil, mostrando que não existe uma relação direta entre democratização e diminuição das desigualdades. Os fatores que realmente tiveram impacto na desigualdade de classe no Brasil foram fatores como valorização do salário mínimo, diminuição do desemprego e aumento da escolaridade da população, impulsionados a partir de 2004. No que se refere a continuidade de elites políticas em um modelo de transição conservadora, “Novos caminhos? O neofascismo brasileiro e a redemocratização” Leandro Gonçalves, Odilon Caldeira Neto e Guilherme de

² O presente trabalho optou pelo termo “ditadura civil-militar” mesmo entendendo que não se trata de consenso da literatura sobre o tema. A escolha deve-se ao fato de que no Brasil, a ditadura foi legitimada e fixada por parte da sociedade e da mídia, inclusive com a participação direta de civis não somente nos governos militares, mas em atos de tortura contra presos políticos. Carlos Fico (2012, p. 25- 37), embora utilize a expressão civil-militar apenas para o golpe, reconhece que o regime teve apoio de uma parcela da sociedade civil. Reflexão importante sobre o tema é trazida por René Dreifuss (1981).

Andrade, demonstram que fenômenos como o neofascismo no Brasil está ligado a diversos grupos antidemocráticos. Para os autores, é possível afirmar que existe uma especificidade no caso brasileiro, amparada tanto nas tradições históricas brasileiras, mas também pelo ambiente contextual da transição conservadora e redemocratização tardia.

Já na segunda parte do livro, o tema central é política externa brasileira. O artigo “A democratização da política externa do Brasil (1985-2015)” de Maria Izabel Mallman abre essa parte da obra abordando a relação entre a instituições do regime democrático e a agenda política externa do país. A autora destaca o papel dos presidentes e diplomatas para a definição das relações do Brasil com outros países, em detrimento do regime político. Ainda dentro dessa perspectiva, “A democracia brasileira e as políticas doméstica e externa: uma análise do período 1985-2015” de Ana Simão, apresenta a ideia de que a política externa brasileira sofreu mudança significativa a partir do governo Lula, quando a integração sul-americana foi vista como prioridade, resultando até mesmo em parcerias como o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e BRICS (Brasil, Rússia, China e Índia), sem se distanciar de países considerados “desenvolvidos”. Para a autora, os 30 anos de democracia apontam para mudanças no projeto de inserção internacional do Brasil, que podem ser sintetizadas em três vetores: a prioridade nas relações hemisféricas, o adensamento do multilateralismo e das novas parcerias estratégicas – efetivadas a partir da construção de relações horizontais – e a incorporação de novos temas na agenda política externa do país. Concluindo essa parte do livro, o artigo intitulado “Transición democrática y política exterior em Uruguay (1985-1990)” de Isabel Clemente e Rafael Alvariza, aborda a visível mudança da relação do Uruguai com outros países, já que em seu período ditatorial o país rompeu com muitos parceiros e procurou se reestabelecer na transição democrática entre os anos de 1985 e 1990. Para os autores, tal período pode ser considerado fundamental para a constituição das instituições democráticas e legítimas, tanto em nível nacional como internacional. Destaca-se também o papel dos setores privados nas decisões sobre negociações comerciais no período e de algumas organizações defensoras dos direitos humanos na recomposição das relações com países em democráticos.

A terceira parte do livro tem como discussão central temas como justiça, criminalidade e democracia. O tema é introduzido com o artigo “Cultura policial e consolidação democrática: elementos para a construção de um novo modelo de polícia para o Brasil” por Ana Cláudia Cifali, Andréa Ana do Nascimento, Larissa Pereira e Rodrigo de Azevedo. Os autores a arbitrariedade na relação entre Estado e sociedade ainda presente na era democrática. De qualquer forma, mais de 20 anos depois da entrada em vigor da Constituição cidadã, podemos afirmar que mais do que nunca os destinos da democracia no Brasil estão ligados à capacidade de oferecer respostas para a redução da violência e da criminalidade. O artigo “Os sentidos do populismo penal: uma proposta de aproximação entre os debates político e criminológico” de Marcelo Ramos e Ricardo Gloeckner, também perpassa pela mesma esfera, todavia, a discussão centraliza-se na questão do populismo penal.

Por último, a terceira parte é finalizada com o artigo “Segurança pública brasileira: análise das reformas na área à luz dos 30 anos de redemocratização” de autoria de Marlene Spaniol e Carlos Roberto Rodrigues, que discutem aspectos da segurança pública de uma redemocratização não finalizada. Os autores afirmam que no âmbito da segurança pública não houve as adequações necessárias para que houvesse um processo de democratização e que a mentalidade da segurança pública ainda é permeada por autoritarismo. A segurança pública que hoje se faz necessária no Brasil, está na concepção democrática de atuação, vinculada à busca pelo saber do conhecimento técnico, valorização dos canais de comunicação com a comunidade, da participação e a integração de todos os segmentos com medidas de redução de riscos e transparência. É preciso ainda primar pelos aspectos preventivos das ações delituosas e pautando suas ações pelo respeito e pela promoção dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.

A obra permite concluir que a redemocratização não alterou as estruturas profundas que viabilizam a contínua prática violenta no Brasil e as forças de segurança exemplificam isso. Em tempos de contestação das narrativas históricas, é importante refletir sobre o governo repressivo que antecedeu o regime democrático assim como o processo de transição, marcado pelo seu caráter longo, não linear e pela tentativa frustrada de construir um Estado de Direito que possibilite a responsabilização e punição dos responsáveis pelos crimes cometidos pelo regime militar.

A transição negociada e de caráter endógeno construída no Brasil contribuiu para transformar a lei da anistia em lei da impunidade, tornando assim nossa transição inconclusa. Ainda é necessário promover investigações e comissões de verdade para construção de uma justiça mais abrangente³. Dentro da questão do tempo, não cumprimos um regime de historicidade moderna, manifestada por uma necessidade de ruptura, resultante da impunidade do passado. O passado ainda precisa ser reparado pela justiça para que essa ruptura de fato aconteça, para que o passado deixe de ser doloroso, para que deixe de se dar continuidade de uma estrutura repressiva e, finalmente, para que discursos com alusão a tortura⁴ não sejam mais considerados legítimos pela sociedade brasileira.

³ Ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outrosdestaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 13 dezembro de 20

⁴ “Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo, contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff”. OLIVEIRA, André. Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

Referências bibliográficas

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outrosdestaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 13 dezembro de 2018.

DREIFUSS, René A. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: **Violência na História: Memória, trauma e reparação**. ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (orgs). Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

PIRES JÚNIOR, P. A.; TORELLY, M. D. **As razões da eficácia da lei de anistia no Brasil e as alternativas para a verdade e justiça em relação as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985)**. In: Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, v. 8, n. 8, p. 183-219, 2010. Belo Horizonte: Instituto de Hermenêutica Jurídica, 2010.

SAFATLE, Vladimir. **À sombra da ditadura**. In: Revista Carta Capital. Edição especial. Ano XVII, n. 678. São Paulo: Confiança, 2011.

SALATA, André Ricardo; MARQUES, Teresa Cristina Schneider; PONTIN, Fabrício (Org.). **30 anos de democracia no Brasil: avanços e contradições**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

OLIVEIRA, André. Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

Recebido: 18/ 12/ 2018

Aceito: 17/01/2019

Publicado: 18/01/2019